

Pensões	3.496.232,16	3.519.495,26	5.354.353,52	3.581.674,81	5.262.566,74	3.846.252,03	3.692.712,68	3.737.491,81	3.742.031,21	4.199.717,29	3.889.797,01	3.799.808,90	48.122.133,42	80.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	26.079.833,11	25.360.054,91	38.394.906,90	21.155.746,34	37.872.673,66	26.232.829,84	25.920.646,36	25.930.886,96	26.209.737,32	26.501.220,85	26.623.994,77	26.659.862,46	332.942.393,48	170.000,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	124.605,88	104.641,38	150.485,67	246.341,53	34.232,12	345.465,09	241.991,65	111.424,60	354.623,64	187.435,34	255.295,25	452.880,41	2.609.422,56	10.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	819.218,52	5.109,31	251.701,17	12.392,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.088.421,54	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.136.008,71	25.250.304,22	37.992.720,06	20.897.012,27	37.838.441,54	25.887.364,75	25.678.654,71	25.819.462,36	25.855.113,68	26.313.785,51	26.368.699,52	26.206.982,05	329.244.549,38	160.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	133.468.151,67	135.719.392,43	212.509.052,15	165.314.975,74	168.290.837,61	132.407.591,54	132.275.732,83	133.230.469,95	132.239.369,71	138.164.854,73	133.394.437,70	134.302.932,59	1.751.317.798,65	5.402.801,11

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.756.720.599,76	0,140861%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.814.131.229,98	0,305833%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.623.424.668,48	0,290541%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.432.718.106,99	0,275250%

FONTE: TESOURO GERENCIAL, DIRFIC/AUDITORIA, 16/09/2022 16:00 hs

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

Nota¹ - No item "Obrigações Patronais", estão incluídos os valores correspondentes ao elemento de despesa 07- Contribuição Patronal a Entidade de Previdência Privada e 13 - Obrigações Patronais (RPPS e RGPS).

Nota² - Nas deduções, não foram efetivadas as exclusões das despesas decorrentes de decisões judiciais de fontes não vinculadas, tendo em vista dificuldades operacionais na apuração da sua competência.

Nota³ - Nas despesas não computadas, despesas de exercícios anteriores, foram processadas as exclusões das despesas somente daquelas correspondentes aos meses do exercício de 2021 que integram o período de apuração do RGF do 3º Quadrimestre de 2021. Com relação aos meses do exercício de 2022, em razão de dificuldades operacionais na apuração da sua competência, os valores somente serão excluídos por ocasião da elaboração do RGF do 3º quadrimestre de 2022.

Nota€- As inscrições de RP Não Processados (ATIVOS) sofreram cancelamentos no valor total de R\$ 122.198,89, sendo R\$ 112.337,41 na UG 090020 e R\$ 9.861,48 na UG 090019.

ROBERTO CAPELETI
Diretor de Orçamento, Finanças e Contabilidade

WOLFGANG STRIEBEL
Diretor de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 828, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao segundo quadrimestre de 2022, constante do anexo I desta Portaria. –

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO

ANEXO

ANEXO I
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b) –
													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22			
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.236.376,06	17.369.124,29	26.547.339,71	19.742.751,65	22.887.316,69	17.359.012,41	17.473.374,48	17.706.224,78	17.692.386,47	17.678.101,40	17.140.962,90	17.238.068,81	226.071.039,65	5.761.807,26
Pessoal Ativo	14.324.112,31	14.425.380,49	22.090.403,00	16.643.688,17	18.398.437,69	14.349.781,23	14.529.760,40	14.614.886,89	14.592.058,72	14.649.479,90	14.084.003,55	14.211.641,13	186.913.633,48	3.860.000,61
----Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.854.329,63	11.960.898,81	17.206.875,68	14.183.786,22	15.979.482,60	11.918.699,15	12.096.189,79	12.191.181,09	12.183.120,72	12.230.596,10	11.688.740,15	11.821.306,04	155.315.205,98	3.485.544,43
Obrigações Patronais	2.469.782,68	2.464.481,68	4.883.527,32	2.459.901,95	2.418.955,09	2.431.082,08	2.433.570,61	2.423.705,80	2.408.938,00	2.418.883,80	2.395.263,40	2.390.335,09	31.598.427,50	374.456,18
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.912.263,75	2.943.743,80	4.456.936,71	3.099.063,48	4.488.879,00	3.009.231,18	2.943.614,08	3.091.337,89	3.100.327,75	3.028.621,50	3.056.959,35	3.026.427,68	39.157.406,17	1.901.806,65
----Aposentadorias, Reservas e Reformas	1.990.090,46	2.027.369,50	3.062.213,94	2.148.708,61	3.068.180,84	2.059.924,90	2.022.994,51	2.190.568,91	2.127.394,67	2.113.419,70	2.141.757,55	2.111.225,88	27.063.849,47	1.724.359,15
Pensões	922.173,29	916.374,30	1.394.722,77	950.354,87	1.420.698,16	949.306,28	920.619,57	900.768,98	972.933,08	915.201,80	915.201,80	915.201,80	12.093.556,70	177.447,50
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.912.263,75	2.943.743,80	4.462.072,48	3.138.764,00	4.488.879,00	3.017.355,09	2.943.614,08	3.295.919,61	3.351.564,46	3.256.768,40	3.065.899,56	3.057.194,96	39.934.039,19	1.624.158,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	5.135,77	63.201,32	-	8.123,91	-	204.581,72	251.236,71	228.146,90	8.940,21	30.767,28	800.133,82	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.912.263,75	2.943.743,80	4.456.936,71	3.075.562,68	4.488.879,00	3.009.231,18	2.943.614,08	3.091.337,89	3.100.327,75	3.028.621,50	3.056.959,35	3.026.427,68	39.133.905,37	1.624.158,45
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	14.324.112,31	14.425.380,49	22.085.267,23	16.603.987,65	18.398.437,69	14.341.657,32	14.529.760,40	14.410.305,17	14.340.822,01	14.421.333,00	14.075.063,34	14.180.873,85	186.137.000,46	4.137.648,81

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	190.274.649,27	0,015257
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	572.756.343,72	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	544.118.526,53	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	515.480.709,35	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 22/SET/2022 às 8h e 50min

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599 de 20 de Setembro de 2022, publicada no D.O.U. nº 180, Seção 1, de 21 de Setembro de 2022.

IBERÊ COMIN NUNES
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Controle Interno

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor - Geral

Des. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1.473, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 2º Quadrimestre de 2022, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, correspondente ao período de setembro de 2021 a agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

DESPESAS EXECUTADAS														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	(Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
	LIQUIDADAS													
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL	
	(ÚLTIMOS 12 MESES) (a)													
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.913.088,78	12.847.928,95	18.759.649,43	15.538.839,27	16.346.004,56	13.228.180,28	12.932.487,95	13.000.194,47	13.286.174,93	13.022.597,59	12.889.501,33	12.817.652,64	167.582.300,18	824.334,59
Pessoal Ativo	11.304.804,21	11.350.558,55	16.510.782,92	14.027.370,81	14.089.206,03	11.699.770,26	11.420.314,44	11.550.051,36	11.731.538,63	11.546.386,05	11.413.161,10	11.353.551,89	147.997.496,25	824.334,59
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.567.136,18	9.608.098,74	13.619.949,62	12.211.570,19	12.356.613,26	9.953.378,58	9.662.861,06	9.787.046,27	9.949.970,20	9.788.784,81	9.662.373,75	9.589.276,94	125.757.059,60	824.334,59
Obrigações Patronais	1.737.668,03	1.742.459,81	2.890.833,30	1.815.800,62	1.732.592,77	1.746.391,68	1.757.453,38	1.763.005,09	1.781.568,43	1.757.601,24	1.750.787,35	1.764.274,95	22.240.436,65	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.608.284,57	1.497.370,40	2.248.866,51	1.511.468,46	2.256.798,53	1.528.410,02	1.512.173,51	1.450.143,11	1.554.636,30	1.476.211,54	1.476.340,23	1.464.100,75	19.584.803,93	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	995.617,69	1.018.400,88	1.548.477,48	1.040.240,96	1.560.361,58	1.039.997,95	1.002.666,24	970.517,91	1.069.376,02	993.364,03	993.364,03	993.364,03	13.225.748,80	-
Pensões	612.666,88	478.969,52	700.389,03	471.227,50	696.436,95	488.412,07	509.507,27	479.625,20	485.260,28	482.847,51	482.976,20	470.736,72	6.359.055,13	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.608.284,57	1.497.370,40	2.131.526,64	1.819.640,75	2.256.798,53	1.650.628,35	1.512.173,51	1.450.143,11	1.657.552,86	1.502.472,29	1.477.399,60	1.464.100,75	20.028.091,36	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	308.172,29	-	122.218,33	-	-	102.916,56	26.260,75	1.059,37	-	560.627,30	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.608.284,57	1.497.370,40	2.131.526,64	1.511.468,46	2.256.798,53	1.528.410,02	1.512.173,51	1.450.143,11	1.554.636,30	1.476.211,54	1.476.340,23	1.464.100,75	19.467.464,06	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.304.804,21	11.350.558,55	16.628.122,79	13.719.198,52	14.089.206,03	11.577.551,93	11.420.314,44	11.550.051,36	11.628.622,07	11.520.125,30	11.412.101,73	11.353.551,89	147.554.208,82	824.334,59
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR					% SOBRE A RCL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					1.247.128.736.919,68					-				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)					148.378.543,41					0,011898				
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					347.200.640,36					0,027840				
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					329.840.608,34					0,026448				
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					312.480.576,32					0,025056				

FONTE: Sistema SIAFI; Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE; Data da emissão: 22 de setembro de 2022, 10:00hs.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

RAIMUNDA MENDES COSTA
Analista Judiciária - Auditoria Interna

LEANA BATISTA NEVES
Secretária de Administração e Finanças

Des. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR
Presidente do Tribunal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA TRE-RS P Nº 1.392, DE 22 DE SETEMBRO DE 2022

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

Des. FRANCISCO JOSE MOESCH

ANEXO I

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea a) 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)
	LIQUIDADAS														
	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	TOTAL (últimos 12 meses) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.172.421,12	22.268.971,46	33.417.356,84	25.517.277,82	31.934.480,53	22.558.674,93	22.486.912,83	22.559.397,71	22.546.358,22	22.354.454,72	22.345.370,34	22.604.270,45	292.765.946,97	2.068.882,49	
Pessoal Ativo	17.703.233,28	17.835.088,66	26.734.251,98	21.055.309,48	25.280.676,46	17.992.660,88	17.941.963,08	18.008.165,22	17.999.693,88	17.756.461,93	17.685.099,42	17.997.729,90	233.990.334,17	2.068.882,49	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.786.231,25	14.920.316,83	20.943.153,01	18.114.863,05	22.351.620,50	15.084.084,07	15.034.484,04	15.091.751,93	15.094.540,37	14.866.893,55	14.816.871,08	15.120.749,32	196.225.559,00	2.021.273,92	
Obrigações Patronais	2.917.002,03	2.914.771,83	5.791.098,97	2.940.446,43	2.929.055,96	2.908.576,81	2.907.479,04	2.916.413,29	2.905.153,51	2.889.568,38	2.868.228,34	2.876.980,58	37.764.775,17	47.608,57	
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.469.187,84	4.433.882,80	6.683.104,86	4.461.968,34	6.653.804,07	4.566.014,05	4.544.949,75	4.551.232,49	4.546.664,34	4.597.992,79	4.660.270,92	4.606.540,55	58.775.612,80		
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.675.381,21	3.655.664,93	5.515.766,41	3.672.058,90	5.436.312,98	3.696.672,50	3.712.851,77	3.703.130,87	3.714.007,68	3.749.245,18	3.809.088,85	3.760.813,05	48.100.994,33		
Pensoes	793.806,63	778.217,87	1.167.338,45	789.909,44	1.217.491,09	869.341,55	832.097,98	848.101,62	832.656,66	848.747,61	851.182,07	845.727,50	10.674.618,47		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada Orcamentariamente															
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (P. 1 do art. 19 da LRF)	4.469.187,84	4.433.882,80	6.683.104,86	4.921.596,29	6.653.804,07	4.566.014,05	4.544.949,75	4.551.232,49	4.546.664,34	4.597.992,79	4.660.270,92	4.606.540,55	59.235.240,75		
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				459.627,95									459.627,95		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.469.187,84	4.433.882,80	6.683.104,86	4.461.968,34	6.653.804,07	4.566.014,05	4.544.949,75	4.551.232,49	4.546.664,34	4.597.992,79	4.660.270,92	4.606.540,55	58.775.612,80		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III = I - II)	17.703.233,28	17.835.088,66	26.734.251,98	20.595.681,53	25.280.676,46	17.992.660,88	17.941.963,08	18.008.165,22	17.999.693,88	17.756.461,93	17.685.099,42	17.997.729,90	233.530.706,22	2.068.882,49	

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	1.247.128.736.919,68	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	235.599.588,71	0,018891
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	556.668.383,01	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	528.834.963,86	0,042404
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do p. 1 do art. 59 da LRF)	501.001.544,71	0,040172

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 22/09/2022 às 17h e 20m

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n. 385/2013.
2. Valor da RCL referente a Portaria STN n. 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022.

Des. FRANCISCO JOSE MOESCH
Presidente do Tribunal

ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA
Diretora-Geral

FRANCISCO ALEXANDRE B. KAUSCH
Gestor Financeiro

HERBERT DIAS MIRANDA
Auditoria Interna

